



Recebido em 06/12/2024
Aceito em 31/01/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i45.56394

ARTIGO

Cruzando a fronteira: política negra entre Movimento Social e Estado

Crossing the border: black politics between Social Movement and
State

Camila Santos do Nascimento

Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0009-0009-9499-132X>

RESUMO: À luz de uma bibliografia especializada e iniciais discussões, o presente artigo busca compreender as relações estabelecidas por entidades e militantes do Movimento Negro com partidos políticos e agentes estatais a fim de tornar seu debate público e responsabilizar o Estado pela superação das desigualdades raciais, insistindo que suas demandas fossem elencadas no rol de compromissos dos programas de governo. Observaremos, a partir de entrevistas, documentários, edições da imprensa negra e documentos governamentais, a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra e seus desdobramentos políticos na segunda metade da década de 1990.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Negro. Redemocratização. Marcha Zumbi dos Palmares.

ABSTRACT: In the light of a specialized bibliography and initial discussions, this essay seeks to understand the relationships established by entities and militants of the Black Movement with political parties and state agents in order to make their debate public and hold the State responsible for overcoming racial inequalities, insisting that their demands were listed in the list of commitments of government programs. We will observe, based on interviews, documentaries, editions of the black press and government documents, the realization of the Marcha Zumbi dos Palmares, the creation of the Interministerial Working Group for the Valorization of the Black Population and its political developments in the second half of the 1990s.

KEYWORDS: Black Movement. Redemocratization. Marcha Zumbi dos Palmares.

Introdução

Durante o I Encontro Nacional de Entidades Negras, ficou resolvido que o Movimento Negro “trata-se, de fato, de um mosaico que tenta sustentar sua identidade no propósito comum de posicionar-se contra o racismo” (Souza, 2006, p. 32), o que indica um amplo guarda-chuva conceitual para definir esse movimento social. No entanto, aqui observaremos duas definições em especial.

Segundo Joel Rufino dos Santos, militante e intelectual, o Movimento Negro seria:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à auto-defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ - toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (Santos, 1994, p. 76).

Sendo assim, não seria exagero afirmar que existe ‘movimento negro’ desde que o primeiro africano escravizado chegou à costa brasileira, perpassando sua resistência na tradição de luta quilombola, no movimento abolicionista e na organização de clubes, irmandades religiosas e associações de variados tipos, datados do final do século XIX e início do século XX (Nascimento, 2019, p. 281). As práticas dinâmicas e diversas explicam o esforço em assumir uma perspectiva vasta na definição de Movimento Negro, contudo, adotar essa concepção analítica torna ainda mais complexa a compreensão deste.

Posto isso, faremos uso da definição cunhada pelo historiador Petrônio Domingues, para quem o:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular provenientes de preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizavam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a ‘raça’, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a ‘raça’ é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, p. 101-102).

Ressaltamos que a escolha pela utilização da expressão no singular corrobora com a interpretação da intelectual e ativista Lélia Gonzalez, que mesmo assumindo a multiplicidade de frentes de batalha e formas de organização, advoga pela singularidade em razão de ser,

[...] aquilo que o diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja especificidade é o signifiante negro, existem divergências, mais ou menos fundas, quanto ao modo de articulação dessa especificidade (Gonzalez, 1982, p. 19).

Logo, a expressão ‘movimentos negros’ se refere às organizações e entidades centradas no combate ao racismo, independente da área de atuação, enquanto o termo Movimento Negro configura o aglomerado dessas associações.

No artigo “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos” (2007), Petrônio Domingues analisa a trajetória e tendências desse movimento social, estabelecendo possíveis fases ao longo da República. Corroborando com essa interpretação, a pesquisa de doutorado do historiador Amílcar Araújo Pereira, publicada em formato de livro em 2013, tonifica as especificidades do autodenominado movimento negro contemporâneo, com o qual iremos lidar nesse ensaio. Contaremos com o auxílio da publicação “Histórias do Movimento Negro no Brasil”, um compilado de entrevistas das lideranças negras que constituem o acervo do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Publicado em 2007, o livro traz relatos de marcos importantes para o entendimento da luta negra no país, como a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, que em 2025 celebra seus 30 anos.

As primeiras organizações a retomar a militância negra ao longo da década de 70, submetidas ao temor da Ditadura Cívico Militar, basearam-se num discurso de recuperação da identidade étnica e cultural. Novos grupos de teatro negro foram fundados, clubes com realização de bailes soul, blocos afro, clubes com realização de bailes soul, e coletivos que expressavam interesse na cultura e história africana e afro-brasileira. A atuação dessas organizações concebeu uma conjuntura propícia ao surgimento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) no final da década. No entanto, a postura diferenciada adotada por essa organização fomentará um debate em torno das divergentes formas de atuação. Práticas denominadas ‘culturalistas’ e/ou ‘políticas’ são debatidas em tom de contrariedade, até que:

[...] no início da década de 1980, o MNU, neste momento concebido como um porta-voz da nova fase, percebe que as relações de poder são parte da cultura, em oposição a outras visões que excluem do seu universo cultural as relações de poder. Desta forma, a adoção de linguagens artísticas ou a articulação destas com linguagens políticas não despolitiza a mensagem de combate ao racismo dos movimentos negros (Queiroz, 2010, p. 102).

A virada de chave da qual vários autores convergem diz respeito sobretudo às contribuições teóricas oriundas dessa fase inaugurada no seio do processo de Abertura Política. Estamos falando aqui da conversão da democracia racial em mito, denunciando o racismo enquanto agente construtor e mantenedor da sociedade brasileira, bem como a edificação de datas celebrativas e símbolos de resistência à opressão racial, a ressignificação de termos outrora ofensivos como ‘negro’, ‘carapinha’ e afins, a proposta de unificação das organizações negras em nível nacional e a aproximação com pautas tais como ‘gênero’ e ‘orientação sexual’ e coletivos de setores populares, especificamente associações e sindicatos, além de partidos políticos.

A conjugação ‘raça’ e ‘classe’, estampada nos manifestos políticos, reflete em quais redes sociais esse movimento negro contemporâneo estava articulado, contudo ainda que reconhecesse a aproximação com outros coletivos de valiosa importância, por ampliar o alcance dos debates internos, notamos uma postura crítica das organizações negras em relação às condutas dos mesmos e o senso de responsabilidade em ‘formar’ aliados com traquejo para auxiliar na luta em prol de uma “verdadeira democracia racial” (Nascimento, 2018, p. 51). De acordo com Claudete Soares (2012), o “casamento” entre a militância negra e partidos políticos de esquerda é marcado por tensões devido à prioridade da classe em detrimento à raça. Contudo, o movimento negro que privilegiava a autonomia, aos poucos estreita os laços com as agremiações partidárias, transformando-as inclusive numa possibilidade de espaço para mobilização política. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 se tornou mais comum, no seio da militância, a presença de ativistas na política partidária, ocupando os cargos de assessoria, como conselheiros e até mesmo políticos eleitos.

Além disso, em direção oposta às organizações negras anteriores, a geração dos anos 70 atribui ao Estado a responsabilidade pela reparação das desigualdades sociais oriundas do processo do racismo. Segundo a professora Flávia Rios, a incorporação da temática racial à agenda pública brasileira resulta dessa nova postura do movimento negro, ilustrada na demonstração de força política e raio de alcance com a realização da Marcha de 1995, que exigia verbas específicas do Estado para lidar com as desigualdades raciais (Rios, 2014, p. 192-193). Nas palavras de Sueli Carneiro,

Depois do centenário da Abolição, das ações, das marchas que fizemos por conta do centenário, a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida, de 1995, foi o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo. Acho que foi um momento também emblemático, em

que nós voltamos para as ruas com uma agenda crítica muito grande e com palavras de ordem muito precisas que expressavam a nossa reivindicação de políticas públicas que fossem capazes de alterar as condições de vida da nossa gente. Foi um processo rico, extraordinário (Carneiro, 2007, p. 345).

Dito isso, na próxima seção observaremos a trajetória desse movimento social no que diz respeito às relações estabelecidas com o Estado, para enfim discutir o processo de construção da Marcha e seus possíveis desdobramentos.

Percorrendo o caminho

“Eu acho que o movimento negro, e todos os outros devem também se posicionar porque, se nós ficarmos ausentes da arena política não estaremos ocupando espaço. O negro aqui tem que se apresentar para exigir a sua participação, não a participação simplesmente de massa, mas a participação em todos os escalões de decisão (...)” (A.N., 1979, n. 7063, p. 7)

Uma ampla bibliografia tem se ocupado de (re)pensar o conceito de ‘movimentos sociais’ nos últimos anos. Segundo Goss e Prudêncio (2004), as considerações estão relacionadas a muitos tópicos, dentre os quais, a assimetria entre empiria e teoria, bem como a ideia de que a sociedade civil, enquanto cenário, seria um “reservatório de virtudes” e a crença infundada numa autonomia em relação a outras organizações, incluindo partidos políticos. Tendo em vista que inicialmente a concepção de movimento social era demarcada como um bloco monolítico e coeso, percebemos também um impasse em torno dos limites: onde começaria e terminaria a ação desses movimentos, qual a sua arena e personagens.

Debatendo dois movimentos analíticos que revisam esse conceito, Rebecca Abers e Marisa Von Bulow sugerem que tanto a bibliografia que evidencia a multiplicidade de organizações da sociedade civil baseadas na solidariedade, quanto a literatura que enfatiza uma série de processos baseados na política do conflito, pressupõe que os movimentos sociais podem ser categorizados como sendo essencialmente opostos ao governo/Estado (Abers; Bulow, 2011, p. 55)¹.

¹ Segundo as autoras, a proposta com foco em organizações civis que se baseiam na solidariedade surge nos anos 90, argumentando que a sociedade civil “opera fora das esferas de influência do Estado e do mercado”. Essa sociedade teria uma autonomia para pensar em seus problemas, tematizando-os na esfera pública. A respeito das ações coletivas baseadas em uma política de conflito, as autoras apontam que podem agir de forma “contida” ou “transgressora”, tendo uma literatura que enfatiza sobretudo nos meios empregados por essas ações. Também nessa análise o estado teria papel central, desde que sua relação fosse vista a partir da ótica do conflito. As críticas se concentram na exclusão de outras formas de ação coletiva mais propositivas, bem como a promoção de uma visão restrita do que é política, entendendo-a apenas em termo de relações com o governo (Abers; Bulow, 2011, p. 57-61).

Para as autoras, a definição de movimento social deve ser pensada a partir das fronteiras e relações empíricas, uma vez que:

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogos entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (Abers; Bullow, 2011, p. 65).

No caso do movimento negro contemporâneo, atuar ou não no espaço político partidário e/ou estatal tem sido um tema profundamente polêmico desde o final da década de 70. A epígrafe que inicia essa seção do texto é parte de uma entrevista concedida à “Folha de São Paulo” pelo ativista e intelectual Abdias Nascimento², que à época visitava o Brasil para o lançamento da 1ª edição do livro “O Quilombismo”. Pensando no contexto de Abertura Política, entendemos a sugestão desse fragmento como uma maneira de estimular a militância negra a perceber esse espaço estatal como uma possibilidade de disputa. E mesmo que a conjuntura política nacional fosse desfavorável ao protagonismo da sociedade civil no início da década de 80, os partidos de esquerda se tornaram um espaço estratégico de luta. Essa construção de alianças seria o movimento negro ganhando legitimidade na sociedade civil, expressa nas disputas por representação da população negra (Rios, 2014, p. 91).

A despeito dos vínculos que se formaram entre militantes e partidos de esquerda, não houve unanimidade dentro do movimento negro contemporâneo. Muitos coletivos adotaram o posicionamento de não endossar nenhum partido específico, possibilitando aos seus quadros filiação em qualquer agremiação partidária ou apoio a qualquer candidato de sua escolha. Com as primeiras eleições diretas para os governos de estado em 1982, houve um número considerável de candidaturas negras, contudo o discurso racial foi insuficiente para a eleição no pleito, desencadeando uma série de articulações que resultaram na criação do primeiro espaço estatal encarregado de “desenvolver estudos relativos à condição da comunidade negra e propor medidas que visem a defesa de seus direitos, a eliminação das discriminações que a atingem e à sua plena inserção na vida

² Nascido em 14 de março de 1914, em Franca (interior de São Paulo), Abdias do Nascimento cresceu no seio de uma família popular, com pai sapateiro e mãe doceira. Em sua trajetória podemos destacar a fundação do Teatro Experimental do Negro, em 1944, publicação de diversos títulos, produzidos no período de autoexílio, participação na fundação do Movimento Negro Unificado, fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Abdias também atuou como deputado federal pelo Rio de Janeiro (1983-1986), e como senador pelo mesmo estado em duas ocasiões (1991-1992) e (1997-1999). Foi secretário da Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiros (SEDEPRON).

socioeconômica, política e cultural” (São Paulo, 1984): o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo.

O processo de articulação e construção do órgão foi engajado por ativistas que, alinhados à questão racial, também tinham outras experiências de militância e defendiam que a ‘comunidade negra’ fizesse uma intervenção mais propositiva – a exemplo de Hélio Santos, Ivair dos Santos e Genésio Arruda. Assim, muitos ruídos ecoaram no seio da militância negra a partir da criação do Conselho, principalmente por não ter surgido como uma demanda do movimento. De acordo com Ivair Alves dos Santos, “naquela época havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. Eu tinha clareza total de que era mais uma arena política em que a gente estava trabalhando (...)” (Dos Santos, 2007, p. 217).

A década de 1980, no geral, foi altamente relevante para o avanço democrático do país (Reis, 2014, p. 110). A campanha das Diretas Já e a iminência da discussão de uma nova carta constitucional tornaram os anos 80 um verdadeiro cenário de efervescência política nacional. Alinhada a essa conjuntura, a construção de relações entre organizações negras e outras entidades políticas se tornaram mais abrangentes.

Ao longo de 1985 muitos eventos foram organizados com o objetivo de discutir a situação da população negra junto à organização de uma nova Constituição. Tomemos como exemplo a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, realizada em agosto de 1986 em Brasília. O encontro foi aberto para todos os coletivos de movimento negro no país, conseguindo reunir 55 entidades de 16 estados brasileiros:

Figura 1

Convenção Nacional do Negro e a Constituinte, Brasília, 26 a 27 de agosto de 1986³



Da esquerda para direita: Maria Luiza Júnior, Carlos Moura, Hélio Santos, Milton Barbosa e Januário Garcia. Acrescidos a esses eventos, percebemos o empenho em conseguir reuniões com parlamentares que desempenhavam papéis importantes no processo Constituinte, encontros que reconheciam alguns movimentos como interlocutores e sujeitos políticos capacitados a negociar matérias a serem votadas (Brandão, 2012, p. 87). Também nesse mesmo período, ficou nítido que o processo de discussão e elaboração do documento constitucional aconteceria pela via de representação partidária, limitando prontamente a participação política de movimentos sociais e outras entidades. Ao optar pela mesma estratégia do final dos anos 1970, desobrigando-se de apoiar um partido específico, as organizações negras priorizaram a ampliação da entrada de militantes em agremiações partidárias diversas, com as quais já tinham alguma relação, tais como Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

³ JÚNIOR, Maria Luíza. Acervo pessoal.

Desse momento em diante, a militância negra persiste em construir candidaturas que pudessem levar a Brasília suas reivindicações. A estratégia era nítida e, para esses sujeitos, a população negra só seria bem representada caso conseguisse eleger senadores e/ou deputados para atuar naquele momento decisório:

Assim como em outras eleições, haverá candidatos que, apesar de nunca terem contribuído com nossa luta, vão apresentar-se como ‘defensores da comunidade negra’. É preciso repelir e denunciar estes oportunistas. Nosso voto não é mercadoria, mas uma importante arma que dispomos para nos fazer representar num Parlamento que até o momento continua surdo às nossas reivindicações. Na Bahia e em vários estados do Brasil estão sendo lançadas candidaturas ligadas ao movimento negro, inclusive de militantes do MNU. E justamente aqui, onde se concentra o maior contingente de negros do país, temos obrigação de dar uma resposta a altura da importância que temos enquanto construtores da riqueza da sociedade. Vamos dizer NÃO aos eternos enganadores e acreditar na capacidade de elementos de nossa própria comunidade que, ao longo dos últimos anos, lutam ao lado de outros irmãos negros pelo fim das desigualdades raciais e sociais (Nego, 1986, p. 2).

Percebemos no corpo do texto que o Movimento Negro, como tantos outros, ‘aceitou as regras do jogo’. Diversos militantes lançaram-se ao pleito de 1986, sendo quatro constituintes eleitos: Benedita da Silva pelo PT (RJ), Edimilson Valentim pelo Pcdob (RJ), Carlos Alberto Caó pelo PDT (RJ) e Paulo Paim, também pelo PT (RS).

Os trabalhos da Assembléia Constituinte se iniciaram com a formação de várias subcomissões responsáveis, cada uma delas, por apresentar esboços preliminares em suas áreas temáticas específicas. Ficou estruturado da seguinte forma: oito comissões com 63 membros cada, chamadas Comissões Temáticas. Uma nova divisão repartia o trabalho em três subcomissões, formando, portanto, 24 subcomissões das quais os trabalhos constituintes partiriam. Dada essa disposição, as subcomissões deliberavam de forma independente umas das outras e depois encaminhavam seus relatórios às suas respectivas Comissões Temáticas. Uma vez terminada essa fase, as oito Comissões Temáticas encaminhavam os oito relatórios a uma nova comissão, chamada Comissão de Sistematização. Esta era responsável por organizar os relatórios e propor um Anteprojeto de Constituição que seria, então, encaminhado ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte para discussão.

Vinculados à Comissão VII – da Ordem Social, mais precisamente à Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, os parlamentares negros eleitos apresentaram emendas alinhadas às propostas políticas das organizações negras do período, possibilitando o nascimento do

sujeito/cidadão negro com direitos constitucionais. A criminalização da prática do racismo, bem como a concessão de direitos territoriais aos quilombolas legitimam o acúmulo de discussões e as estratégias de luta dos coletivos negros e inauguram o tema da (in)justiça racial frente à política pública⁴.

As divergências em torno da possibilidade de ‘cruzar essa fronteira’ entre organizações negras e Estado se avolumaram, provocando cisões, mas também qualificando debates. No entanto, a despeito da falta de unanimidade, sempre houve uma ‘costura’ entre militantes favoráveis e contra à institucionalização e atuação partidária. Havendo essa articulação, estamos a fim de entender de que maneira ela ocorria, tendo em vista que os debates apresentados por esse movimento social foram incorporados por uma agenda política federal.

Entre teoria e prática: A Marcha Zumbi e o GTI em foco

“O Ivair é um cara que tem estado sempre nessa junção entre Estado e sociedade civil, que eu acho válida e necessária. Você precisa ter essas instâncias de contato, que, de alguma forma, vão levar a reivindicação do movimento social. Elas não podem substituir o movimento social, mas elas têm um papel a cumprir.”

(Medeiros, 2007, p. 352)

Ao final dos anos 1980, as consultas dos parlamentares às entidades organizadas e à sociedade civil permitiram que reivindicações do Movimento Negro fossem expostas na arena política (Garrido, 2017). A materialização de propostas gestadas no seio desse movimento social resulta de um longo processo de maturação geracional, também simbolizando uma mudança significativa nas formas com as quais se organizam essas entidades.

Tomemos como exemplo o ano de 1995. Militantes do chamado movimento negro contemporâneo elencam a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida como um dos momentos chave da atuação mais recente⁵. Em função

4 Segundo Zélia Amador, foi na Convenção Nacional do Negro pela Constituinte que surgiram as propostas do racismo como crime e também das chamadas terras de quilombo. Militantes do norte-nordeste, mais precisamente do Maranhão e do Pará - devido as circunstâncias do conflito no Frechal (MA) e de Oriximiná (PA) - estavam na vanguarda dos debates acerca das ‘terras de preto’, pautando no interior do Movimento Negro e consequentemente no processo da Constituinte (Amador, 2007, p. 249).

5 As entrevistas consultadas estão publicadas no livro “Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC”, organizado por Verena Alberti e Amílcar Araujo Pereira, publicado pela editora Pallas em 2007.

das comemorações do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, a atividade realizada em Brasília demandou uma grande mobilização, expressa em cerca de 30 mil pessoas caminhando pela Esplanada dos Ministérios, em plena segunda-feira, 20 de novembro de 1995:

Figura 2

Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida⁶



Segundo o “Jornal da Marcha” (1995), naquele ano específico, a temática racial estaria num lugar de destaque no cenário público de discussão no Brasil, o que seria fruto do crescimento da luta contra o racismo. Ao que parece, essa “maioridade política” refere-se não só a um processo de amadurecimento dos debates gestados pelas organizações já existentes, mas também à proliferação de entidades negras “em todos os recantos do país”, possibilitando um “amplo arco de força e aliança” que conduziu a questão racial à agenda política nacional. Nos termos do jornal, a expressão genocídio explicaria o quadro em que o povo negro se encontrava naquele momento, tanto no Brasil quanto no mundo, onde as elites conservadoras, além de concentrar renda e poder, colocariam o racismo na ordem do dia. Dada essa situação, a luta pelos direitos conquistados na Constituição de 1988 demandaria um tom mais enérgico do movimento quanto às exigências e proposições de ação para o governo.

6 CRUZ, Fernando. **Marcha Zumbi dos Palmares (Brasília-DF)**. Acervo Centro Sérgio Buarque de Holanda. Fundo DSC - Democracia Socialista – Tendência Interna do PT (jornal Em Tempo). Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 20 nov. 1995.

De acordo com o documento, a realização da Marcha apoiava-se em referenciais profundos da memória coletiva do Brasil: “celebraremos Zumbi reafirmando nossa disposição de luta contra a miséria e a marginalização a que somos submetidos pela exploração racista. Valeu Zumbi!” (Executiva Nacional da Marcha, 1995). É possível perceber a ingerência dos movimentos e partidos de esquerda sobre o movimento negro com expressões como “exploração racista”, e Zumbi, guerreiro palmarino outrora referência devido à sua luta no contexto colonial, é convocado enquanto figura aglutinadora na luta contra o racismo e o capitalismo.

De forma distinta à Marcha Contra a Farsa da Abolição, em 1988, o projeto da Marcha Zumbi não foi coeso e sua articulação foi marcada pelas dissonâncias no seio do movimento negro. Na série de entrevistas concedidas ao projeto “História do movimento negro no Brasil”, realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), muitos militantes atribuem à Edson Cardoso a iniciativa de conceber e articular o projeto da Marcha Zumbi. Conforme o militante, quando apresenta a proposta de mobilização nacional, encontra dificuldade de adesão já que as organizações negras tinham projetos diferentes naquele ano, sobretudo na data escolhida.

[...] Eu fiz três intervenções na plenária por conta dessa data. Tive que usar até uma argumentação do tipo: ‘Tancredo não morreu no dia 21 de abril, mas a morte foi anunciada no dia 21 de abril por causa da data de Brasília, por causa da data de Tiradentes. Data tem importância. Se nós construímos o 20 de novembro e agora vamos fazer uma manifestação em massa, eu não vou fazer no 20 de novembro? Tem que fazer no 20 de novembro’. Caía no meio da semana. Eles não queriam, porque estavam armando um seminário internacional em São Paulo. Votamos, e o 20 de novembro ganhou (Cardoso, 2007, p. 338).

Contornados os itens de desacordo, a Marcha dispôs de alianças com associações de trabalhadores, sindicatos, comunidades rurais, movimentos populares e partidos políticos para engrossar suas fileiras, como podemos ver na imagem acima, através das bandeiras hasteadas. Conforme o “Jornal da Marcha” (1995, edição única), Agentes de Pastoral Negros (APN’s), Cenarab, Central de Movimentos Populares, CGT, Comunidades Negras Rurais, Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado, Movimento pelas Reparações, Senun, Unegro e Grucon eram as entidades que compunham a Comissão Executiva Nacional da Marcha.

Ultrapassando a fronteira entre movimento social e Estado, o projeto da Marcha de 1995 foi assumido também por Marcos Cardoso, que se identifica

como uma “liderança do movimento negro ligada à área da cultura” (Cardoso, 2007, p. 339). Ocupando o cargo de assessor na Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte no período, o militante conta que foi elaborado um projeto específico para as comemorações dos 300 anos de morte de Zumbi ao longo do ano de 1995. Foram delineadas e executadas uma série de atividades: cursos de formação e debates sobre o continente africano, literatura negra, religiões de matrizes africanas e afins. O encerramento em novembro, na Semana da Consciência Negra, se deu com a realização de um festival de arte chamado “Afro-Horizonte”, que contou com apresentações variadas de artistas brasileiros e outras nacionalidades (Alemanha, Colômbia, Cuba, Estados Unidos e Uruguai), incluindo um país africano, cujo nome o assessor não informou. Concluído o projeto, seguiram direto para a Marcha em Brasília.

Edson Cardoso, responsável pela ideia e articulação da Marcha, reitera a importância das atividades construídas em Belo Horizonte:

A grande força de mobilização veio de Minas, em que você tem setores, digamos assim, ligados à CUT, ligados ao PT e tem um setor do movimento negro que abraçou a Marcha com características muito fortes. Foi um momento de Minas muito bonito. Você precisa ver as fotos das mobilizações pré-Marcha de Minas, situações de rua. Muita gente (Cardoso, 2007, p. 339).

O ingresso do ativista Marcos Cardoso no Estado se deu de forma muito semelhante à situação congênere em 1983/4 no governo de São Paulo. Contudo, existe uma diferença na forma com que essas ações foram recebidas pela militância: aqui percebemos que a adesão do militante e agente estatal à iniciativa de realização da Marcha demonstrou a possibilidade de ocupar ambos os espaços sem um tom de contrariedade, ‘servindo’ a uma só pauta.

Resultando em uma grande repercussão política, a Marcha conseguiu uma sessão solene no Congresso Nacional, culminando com um encontro entre o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e a comitiva nacional do movimento. De acordo com Edson Cardoso,

A Marcha Zumbi dos Palmares, ela é a expressão do amadurecimento político das organizações negras. Chegamos aqui após percorrermos um longo caminho. E acreditamos que a partir desse momento a questão racial deixa de estar confinada ao cultural, onde o Estado intervém no carnaval liberando verbas para o desfile de bloco. O que a marcha veio exigir da representação política do Estado brasileiro é que o orçamento da União defina recursos explicitamente para superar as desigualdades raciais no campo da educação, no campo da saúde, da comunicação e do emprego (Marcha Zumbi dos Palmares, 2015, minuto 11:26).

Para tal exigência, a Comissão Executiva da Marcha elabora um documento detalhista, com uma descrição minuciosa sobre a situação da comunidade negra,

bem como um programa de superação do racismo e da desigualdade racial. De acordo com a pesquisadora Flávia Rios, em comparação com os protestos e manifestações ocorridos até ali, o episódio da Marcha de 1995 tinha “um caráter mais ousado ao enfrentar as desigualdades raciais, exigindo para isso verbas específicas do Estado para lidar com esse problema” (Rios, 2014, p. 193).

O documento entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso é assinado por todas as organizações que compunham a Comissão, ficando a coordenação editorial a cargo do militante Edson Lopes Cardoso. Sueli Carneiro do Geledés e Hédio Silva Júnior, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades ficaram responsáveis pela sistematização das propostas e elaboração final do documento, o qual era composto por uma introdução, diagnóstico – racismo na escola, divisão racial do trabalho, saúde, violência racial, relações exteriores e democracia em questão; e um Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial.

A introdução do documento é taxativa: “queremos agora exigir ações efetivas do Estado – um requisito de nossa maioria política” (Comissão Executiva da Marcha, 1995, p. 9), reafirmando uma posição mais incisiva das organizações negras em prol dos possíveis caminhos de resolução do problema racial na sociedade brasileira. O diagnóstico inicia com uma reflexão sobre a preeminência do movimento negro quando o assunto é pressionar o Estado brasileiro a proibir práticas discriminatórias e impedir que a lei apoie ou incentive tais práticas (Comissão Executiva da Marcha, 1995, p. 10). Segundo o documento, a atuação de entidades negras refletiria na Constituição de 1988, em constituições estaduais e leis orgânicas de municípios, assim resgatando a necessidade do Brasil se posicionar perante o racismo, já que signatário da Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Racial e da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho.

O texto da Comissão Executiva da Marcha segue mencionando o surgimento de delegacias especializadas em crimes raciais e as experiências governamentais cujo propósito era produzir “políticas públicas antidiscriminatórias”, à exemplo do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (SP), Fundação Cultural Palmares e Secretaria Extraordinária de Defesa das Populações Negras (RJ), onde é possível perceber a discrepância entre a função e o poder de realização do órgão devido à inexistência de instrumentos jurídicos que possam dar o suporte necessário para sua atuação e ao isolamento das iniciativas dentro do aparelho do estado (1995, p. 10). Não apenas essas iniciativas seriam ineficazes

como a legislação também seria insuficiente, condicionando o povo negro ao status de subcidadãos, argumento que é amparado no demonstrativo das realidades em variados aspectos da vida em sociedade.

Por fim, após indicar sugestões no âmbito da educação, saúde, mercado de trabalho, campo religioso e combate à violência, o documento assinala que a adoção de políticas de promoção da igualdade só seria eficiente mediante o comprometimento com geração de emprego, redistribuição de terra e renda, justiça social, preservação da vida e a construção de novos horizontes para as gerações futuras (Comissão Executiva da Marcha, 1995, p. 26).

A resposta do governo federal veio de forma imediata, o que sugere que já estava sendo sistematizada. Naquele mesmo 20 de novembro foi assinado o decreto de criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI), cuja função seria discutir propostas para o pleno desenvolvimento e participação da população negra na sociedade brasileira.

Ao receber os documentos do representante dessa marcha, queria concordar com ele e dizer que o meu desejo é o estabelecimento de um diálogo fecundo com os movimentos negros organizados no Brasil. O primeiro gesto é a criação deste Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra. É o faço hoje, num dia expressivo, o dia em que comemoramos os 300 anos de Zumbi. Nesta manhã, acompanhado pela senadora Benedita da Silva e pelos ministros da Educação, da Cultura e dos Esportes, estivemos em União dos Palmares para que ficasse bem claro que o Governo, pelo presidente da República, assumia Zumbi como integrante do panteão dos heróis brasileiros, Zumbi, como símbolo de um lutador pela liberdade. (...) A agenda de trabalho é muito grande. Creio que, no momento em que o Brasil marcha, cada vez mais celeremente, para uma democratização crescentemente substantiva; em que a sociedade cobra cada vez mais, se organiza cada vez mais, e em que o Estado também se abre cada vez mais; este é o momento propício para que possamos seguir adiante nessa direção da democratização fundamental da sociedade brasileira. Termino por reafirmar o que disse no início: acho que o dia hoje é de significação simbólica importante. É um dia em que se vê a reafirmação de valores de liberdade que vêm de longe. [...] Zumbi simboliza um conjunto de esforços que foram muito mais amplos nesta direção. E me apraz imensamente que os senhores tenham feito essa marcha hoje, até Brasília, e que aqui estejam para discutir de maneira objetiva e construtiva - com o Governo da República, pensando no País - os caminhos pelos quais, juntos, poderemos trabalhar na direção de uma maior democratização da nossa sociedade (Cardoso *apud* Construindo a Democracia Racial, 1988, s/n).

No discurso, Fernando Henrique Cardoso afirma ser “comprometido pessoalmente com os estudos da questão negra”, devido seus estudos acadêmicos

junto a Florestan Fernandes⁷ e Octávio Ianni⁸, que resultaram na publicação de dois livros com foco na experiência negra no Brasil. De acordo com FHC, algumas ações já estavam sendo iniciadas, como a introdução de um conhecimento mais significativo sobre África no currículo escolar, bem como a fiscalização de ações discriminatórias no âmbito do Ministério do Trabalho. Ademais, foram citadas políticas universalistas, como a valorização docente e o combate à pobreza.

Segundo a memória dos militantes, apesar dos limites do GTI para implementação de políticas específicas, esse momento abriu um diálogo com o Estado brasileiro acerca da viabilidade de adoção de políticas de ação afirmativa.

[...] o Vilmar Faria, que era um dos principais assessores do presidente da República, veio conversar comigo, perguntou o que nós queríamos. Eu falei: 'Tem que fazer ação afirmativa. As empresas estão fazendo'. E aí a Secretaria de Comunicação pautou o presidente falar sobre isso. O Fernando Henrique Cardoso começou a falar de racismo e a falar de ação afirmativa. Então comecei a reunir todos aqueles documentos dos discursos dele, até produzir um documento que depois ele chamou de *Construindo a democracia racial*, que tem vários discursos do presidente, em que ele fala de racismo. Então o que acontecia? Eu tinha o respaldo do presidente da República falando que o racismo existia. E mais do que isso, ainda era favorável à ação afirmativa. Isso nos deu fôlego para peitar os outros. Peitar quer dizer criar condições de debate dentro da máquina governamental sobre o assunto [...]. A gente conseguiu pautar ação afirmativa no país inteiro (Dos Santos, 2007, p. 356-7).

Nota-se, com esse depoimento, que a política racial também foi alinhavada na 'coxia', nos bastidores dos grandes marcos dessa história. À medida em que os ativistas aprendem a movimentar as estratégias de incidência política e se beneficiar dos momentos de exposição pública, se dá a articulação do movimento negro contemporâneo com o Estado. Para conceber o consenso de que havia um problema racial no Brasil e que seria preciso resolvê-lo no âmbito do poder público, foi necessária a ação estratégica daqueles que atuaram na mobilização civil e dos que estavam dentro do aparelho estatal, ambos alinhados aos debates gestados no seio do Movimento Negro.

O Grupo de Trabalho Interministerial esteve ligado ao Ministério da Justiça desde o início dos trabalhos, em 1996. O órgão possuía representantes em diversos ministérios, sendo seu presidente o reconhecido militante Hélio Santo⁹.

7 Sociólogo da Escola de Sociologia Paulista, o professor foi patrocinado pela UNESCO no projeto referente ao estudo das relações raciais no Brasil. Suas produções revolucionaram a compreensão do racismo no Brasil. Também foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores em dois mandatos (1986-1994) e participou da Constituinte de 1988.

8 Igualmente sociólogo e professor da Escola de Sociologia Paulista, formulou uma agenda específica de estudos sobre o desenvolvimento econômico no Brasil. Foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Assim como Florestan Fernandes, sofreu interferência da ditadura militar em sua carreira universitária.

9 Nascido em Belo Horizonte, Hélio Santos iniciou sua vida política em São Paulo. Era vinculado

O documento mencionado por Ivair Alves dos Santos, “Construindo a Democracia Racial”, é composto por cinco pronunciamentos do presidente Fernando Henrique Cardoso (referem-se aos trabalhos do GTI e/ou datas comemorativas), parte de uma entrevista concedida a Roberto Pompeu de Toledo, apresentação do Grupo de Trabalho Interministerial e levantamento das ações realizadas até o 13 de maio de 1988.

No âmbito da “Comunicação”, o documento lista a inclusão crescente da população negra na publicidade governamental e organização de mapa das áreas habitadas por remanescentes de quilombos como atividades em desenvolvimento. No que tange “Trabalho e Emprego”, promoção de eventos destinados essencialmente à sensibilização, conscientização e formação de multiplicadores no combate à discriminação. No quesito “Terra – os Remanescentes de Quilombo”, o GTI previa mobilizar as lideranças do Movimento Negro para atuar na localização de comunidades ainda não catalogadas, no levantamento de informações sobre aquelas já conhecidas e nos projetos de desenvolvimento integrado, bem como ampliar e agilizar os processos de titulação de terras. A respeito da “Educação”, o documento versa sobre iniciar ações que valorizem a comunidade negra, apreciando o papel que desempenhou e que desempenha no desenvolvimento econômico e cultural do país e ações compensatórias como apoio financeiro e técnico a programas de alfabetização e a cursos supletivos promovidos pelo movimento negro e/ou destinados à população negra. No campo da saúde o documento registrou a realização de uma mesa redonda sobre a Saúde da População Negra e a instalação de um grupo de trabalho incumbido de elaborar o Programa de Anemia Falciforme - PAF. Sobre as políticas de ação afirmativa, o GTI teria como primeira tarefa elaborar consensualmente um conceito de Ação Afirmativa, de modo a assegurar-se uniformidade e segurança no trato das questões relativas ao assunto. Dessa elaboração surgiram 46 propostas abrangendo as áreas de educação, trabalho e comunicação, que, segundo o documento, estavam sendo analisadas pelo governo (Construindo a Democracia Racial, 1998).

Dando os primeiros passos no espaço estatal, a política racial ainda levou algum tempo para responder à expectativa da militância negra. Esse descompasso aparece na literatura como um estágio de transição, onde agentes estatais ligados

a FRENAP (Frente Negra para uma Ação Política de Oposição), composta majoritariamente por funcionários públicos. Atuou vigorosamente no processo de abertura política, mantendo forte relação com o Movimento Democrático Brasileiro e defendendo uma intervenção mais propositiva dos negros na disputa de poder. Atualmente, Hélio Santos atua como professor universitário.

ao debate racial aprendiam manipular as burocracias do Estado e ativistas articulavam as oportunidades que esse novo momento apresentava.

Segundo o professor, militante e presidente do GTI, Hélio Santos,

O governo Fernando Henrique Cardoso, na minha avaliação, não materializou, digamos assim, as ideias que ele conseguiu gestar. Agora, é importante saber que há uma inércia de meio milênio. Ou seja, se há um mérito do governo Fernando Henrique é que esse tema foi colocado na agenda. Veja bem, os quatro candidatos a presidente, sem exceção, colocaram a temática racial (Entrevista com Hélio Santoa, n. 179, 2002, minuto 57:24).

A temática racial, junto ao tema da ação afirmativa - presente desde o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo, a partir dali marcou presença em todas as candidaturas. O reconhecimento da existência do racismo e da necessidade de resoluções simbolizou o início de um debate profundo sobre a realidade das populações negras no país, revelando que movimento negro contemporâneo conseguiu retirar o problema racial da invisibilidade e transformá-lo num debate de arena pública.

Considerações parciais

O Movimento Negro é um movimento social de tradição na história do Brasil. Diante da realidade do racismo, as entidades e organizações negras agiram de acordo com instrumentos disponíveis em cada período. O que chamamos de movimento negro contemporâneo encontrou, em meio à realidade política da época, uma forma de apresentar o Brasil pelo seu ângulo, se fazer ouvido. Para legitimar suas demandas, muitos dispositivos foram acionados, sendo as conquistas legais parte de um projeto que foi amplamente discutido e maturado.

Ainda que com desacordos, a articulação com/no aparelho estatal se revelou necessária para uma efetiva intervenção no cotidiano da população negra. De acordo com Amauri Mendes Pereira (2008), esses órgãos públicos voltados à temática racial são importantes fatores de consolidação e avanço da luta contra o racismo. Representam uma virada conceitual.

Centrando nossa análise na execução da Marcha Zumbi dos Palmares e consequente implementação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, percebemos que a barreira que outrora colocaria essas situações em posições contrárias, não é tão inflexível. As negociações e constrangimento surtiram resultados, ainda não no tempo nem na forma exata com que os militantes pretendiam. As transformações materializadas são fruto do protagonismo político dos atores que investiram na máquina estatal enquanto espaço de disputa para realização de justiça sociais.

Referências

- A.N. **Quilombismo**. São Paulo, 09 set 1979, n. 7063 p. 7. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7063&anchor=4262003&pd=1233e4b600274543647fae325638b2e3>. Acesso em: 24. mar. 2025.
- ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, Dec. 2011.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007.
- AMADOR, Zélia. Entrevista de Zélia Amador. Entrevista concedida a Amílcar Pereira e Verena Alberti. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007, p. 248-249.
- BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988**: entre a política institucional e a participação popular. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2012.
- CARDOSO, Edson. Entrevista de Edson Cardoso. Entrevista concedida a Amílcar Pereira e Verena Alberti. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007, p. 338-339.
- CARNEIRO, Sueli. Entrevista de Sueli Carneiro. Entrevista concedida a Amílcar Pereira e Verena Alberti. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007, p. 345-347.
- CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL**. Brasília: Presidência da República, 1998, 78 p. Disponível em: https://biblioteca2.presidencia.gov.br/repositorioinstitucional/index.asp?codigo_sophia=12530. Acesso em 22 ago. 2023.
- DOCUMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA DA MARCHA**. Brasília, 20. nov. 1995.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: Alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007, p. 113-136.
- ENTREVISTA COM HÉLIO SANTOS. **Roda Viva**, número 179, 2002. Disponível em: [Hélio Santos - 11/11/2002 - YouTube](#) Acesso em: 20 ago. 2023.
- GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. **Nas constituições dos discursos sobre afro-brasileiros**: uma análise histórica da ação de militantes negros e dos documentos oficiais voltados a promoção do negro brasileiro (1978 a 2010). Tese (Doutorado em História). Assis: Faculdade de Ciências e Letras e Assis – UNESP: 2017.
- GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. (Orgs.). **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais

revisitado. **Em Tese**, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, no 1 (2), janeiro-julho, 2004, p. 75-91.

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES – 1995. Direção: Edna Cristina. Produção: Gaia Vídeo. Brasília: Ipê Vídeo Produção e Comunicação, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K8IPjx_Z_wQ. Acesso em: 20 ago. 2023.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Entrevista de Carlos Alberto Medeiros. Entrevista concedida a Amílcar Pereira e Verena Alberti. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007, p. 352-354.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Documentos de uma militância pan-africanista. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Camila Santos do. **“Lutamos contra o Racismo!”**: Movimento Negro através da Folha de São Paulo (1978-1988). Dissertação (Mestrado em História). Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

NEGO. Boletim do Movimento Negro Unificado – Seção da Bahia, nº 10. Parlamento pra valer só com o negro no poder. Salvador, maio de 1986, p. 2.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O Mundo Negro**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

QUEIROZ, Martha Rosa F. **Onde cultura é política**: Movimento Negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995). Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

REIS, Daniel Aarão (Coord). **Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RIOS, Flávia. **Elite Política Negra no Brasil**: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Ivanir dos. Entrevista de Ivanir dos Santos. Entrevista concedida a Amílcar Pereira e Verena Alberti. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007, p. 215-217; 356-357.

SÃO PAULO. **Decreto n. 22.184, de 11 de maio de 1984**. Cria o conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/197077/decreto-22184-84> Acesso em: 24 mar. 2025.

SANTOS, Joel Rufino dos. “Movimento negro e crise brasileira”. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (Org.). **Atrás do muro da noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.